



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 10

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizador)

Educação Políticas Estruturação e Organizações 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 10 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 10)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-311-8

DOI 10.22533/at.ed.118190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 10” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O TRATAMENTO DE CONTEÚDOS CONCEITUAIS PROCEDIMENTAIS E ATITUDINAIS A PARTIR DO JOGO MATEMÁTICO NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Pâmella Azevedo Araújo</i> <i>Mônica Augusta dos Santos Neto</i> <i>Claudiene dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903041	
CAPÍTULO 2	12
O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA O LETRAMENTO INFORMACIONAL NO ENSINO MÉDIO	
<i>Lucas Vinícius Junqueira Cavache</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903042	
CAPÍTULO 3	24
O USO DE UMA FERRAMENTA DIGITAL NO ENSINO APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA	
<i>Viviane Poersch Maldaner</i> <i>Ranaí Gonçalves Sangic</i> <i>Sonia Maria da Silva Junqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903043	
CAPÍTULO 4	33
O USO DO APLICATIVO SCRATCHJR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Waleria Lindoso Dantas Assis</i> <i>Tyciana Vasconcelos Batalha</i> <i>Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903044	
CAPÍTULO 5	41
OFICINANDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM: UM OLHAR PARA POSSIBILIDADES NO ENSINO DE BIOLOGIA	
<i>Francisco Bruno Silva Lobo</i> <i>Rayane de Tasso Moreira Ribeiro</i> <i>Lydia Dayanne Maia Pantoja</i> <i>Germana Costa Paixão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903045	
CAPÍTULO 6	53
OS DESAFIOS DOS DOCENTES EM MEIO A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Amanda Raquel Medeiros Domingos</i> <i>Erivânia da Silva Marinho</i> <i>Maria Nazaré dos Santos Galdino</i> <i>Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903046	

CAPÍTULO 7	65
OS DESENHOS INFANTIS NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS	
<i>Alexandra Nascimento de Andrade</i>	
<i>Carolina Brandão Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903047	
CAPÍTULO 8	74
OS PROJETOS DE LEITURA NA PROMOÇÃO DO LETRAMENTO LITERÁRIO: LER PARA SE LIBERTAR, NÃO PARA ALIENAR	
<i>Lucilene Gonçalves de Oliveira Lourenço</i>	
<i>Noemi Campos Freitas Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903048	
CAPÍTULO 9	80
EVASÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	
<i>Danielli Vacari de Brum</i>	
<i>Danielly Eponina Santos Gamenha</i>	
<i>Maria Beatriz Souza Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903049	
CAPÍTULO 10	93
PARA ALÉM DO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA	
<i>Vívia de Melo Silva</i>	
<i>Melânia Mendonça Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030410	
CAPÍTULO 11	107
PARRESÍA E CUIDADO DE SI: O DILEMA FOUCAULTIANO DAS FORMAS DA VERDADE NA FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA	
<i>Filipe Kamargo de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030411	
CAPÍTULO 12	119
PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO NORTE E NORDESTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
<i>Winnie Gomes da Silva</i>	
<i>Antonio Roazzi</i>	
<i>Maria Inês Gasparetto Higuchi</i>	
<i>Aparecida da Silva Xavier Barros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030412	
CAPÍTULO 13	129
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
<i>Victor Hugo Silva Rodrigues</i>	
<i>Érika Santos Silva</i>	
<i>Arlinda Cantero Dorsa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030413	

CAPÍTULO 14	138
PEDAGOGIA DIFERENCIAL: QUALIDADE DO AMBIENTE PEDAGÓGICO PARA ESTUDANTES COM DESORDENS ESPECÍFICAS DE APRENDIZAGEM	
<i>Roseline Nascimento de Ardiles</i> <i>Roseane Nascimento da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030414	
CAPÍTULO 15	153
PERCALÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	
<i>Blanca Martín Salvago</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030415	
CAPÍTULO 16	165
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DE DUAS ESCOLAS DO ENSINO PÚBLICO DE GOIÂNIA (GO)	
<i>Hugo Marques Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030416	
CAPÍTULO 17	178
PERFIL ALIMENTAR DOS ESCOLARES DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
<i>Dayane de Melo Barros</i> <i>Danielle Feijó de Moura</i> <i>Tamiris Alves Rocha</i> <i>Priscilla Gregorio de Oliveira Sousa</i> <i>Maria Heloisa Moura de Oliveira</i> <i>Gisele Priscilla de Barros Alves Silva</i> <i>José André Carneiro da Silva</i> <i>Roberta de Albuquerque Bento da Fonte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030417	
CAPÍTULO 18	184
PERFIL DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE LEOPOLDINA	
<i>Daniela Ferreira de Souza</i> <i>Beatriz Gonçalves Brasileiro</i> <i>Edivânia Maria Gourete Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030418	
CAPÍTULO 19	195
PERFIL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO AGRESTE PERNAMBUCANO SOBRE O DESCARTE ADEQUADO/INADEQUADO DE MEDICAMENTOS	
<i>Juliana Thais da Silva Amaral</i> <i>Paloma Lourenço Silveira de Araújo</i> <i>Eduarda do Nascimento Serra Sêca</i> <i>Ana Paula Freitas da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030419	

CAPÍTULO 20	203
PERSPECTIVANDO O APRENDER E ENSINAR MÚSICA: EXPERIENCIANDO E REFLETINDO DESDE O SUBPROJETO PIBID-MÚSICA DA UFRJ	
<i>Celso Garcia de Araújo Ramalho</i>	
<i>Anderson Carmo de Carvalho</i>	
<i>Camila Oliveira Querino</i>	
<i>Eliete Vasconcelos Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030420	
CAPÍTULO 21	212
PESCA PREDATÓRIA: ENTRE O CONFLITO DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E OS PROCESSOS EDUCATIVOS	
<i>Gislane Damasceno Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030421	
CAPÍTULO 22	223
PESQUISA E MÉTODO: CAMINHOS QUE CONTRIBUEM PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	
<i>Adriana Vieira Lins</i>	
<i>Ciro Bezerra</i>	
<i>Daniella Meneses de Oliveira Arroxellas</i>	
<i>Claudio da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030422	
CAPÍTULO 23	232
PESQUISAS SOBRE CORPO E GÊNERO NAS REVISTAS DA ABEM	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i>	
<i>Bruno Felix da Costa Almeida</i>	
<i>Daniele Isabel Ertel</i>	
<i>Diego Luis Faleiro Herencio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030423	
CAPÍTULO 24	243
PIBID E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: A PERCEPÇÃO DOS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM EVIDÊNCIA	
<i>Maria Judivanda da Cunha</i>	
<i>Bernardino Galdino de Senna Neto</i>	
<i>Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares</i>	
<i>Fábio Alexandre Araujo dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030424	
CAPÍTULO 25	246
PIBID TEATRO NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS COLETIVOS E COLABORATIVOS	
<i>Thais Santos de Souza</i>	
<i>Michele Louise Schiocchet</i>	
<i>Natália Faelize Lins de Avelar</i>	
<i>Gisele do Valle Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030425	

CAPÍTULO 26	250
PIPEX NA ZONA RURAL: AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DE HENRI WALLON	
<i>Rodrigo Emanuel Celestino dos Santos</i>	
<i>Raquel Cordeiro Nogueira Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030426	
CAPÍTULO 27	260
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA EAD: ESTUDO DE CASO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO CETAM-EAD/E-TEC NO MUNICÍPIO DE PARINTINS	
<i>Márcio Pires Fonseca</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030427	
CAPÍTULO 28	271
PLANEJAMENTO INTERDISCIPLINAR NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA NO IFRR: DIMENSÕES PRÁTICAS DE PROCESSO EM CONSTRUÇÃO	
<i>Maria Betânia Gomes Grisi</i>	
<i>Maria de Fátima Freire de Araújo</i>	
<i>Clecia Cristina da Silva Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030428	
CAPÍTULO 29	283
PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE WEBCONFERÊNCIA: ELEMENTO MEDIADOR DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Renato Luiz Vieira de Carvalho</i>	
<i>Williana Carla Silva Alves</i>	
<i>Grazianny Santiago Amorim Araújo</i>	
<i>Roselito Delmiro da Silva</i>	
<i>José de Lima Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030429	
CAPÍTULO 30	291
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O QUE PENSAM CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Jéssyka Souza Costa</i>	
<i>Sonia Bessa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030430	
CAPÍTULO 31	307
POLIFONIA DO DISCURSO EM SALA DE AULA: O IMPACTO DAS AULAS ORGÂNICAS	
<i>Alexandre Robson Martines</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	320

CAPÍTULO 13

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Victor Hugo Silva Rodrigues

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

Campo Grande – MS

Érika Santos Silva

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

Campo Grande – MS

Arlinda Cantero Dorsa

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

Campo Grande - MS

RESUMO: O patrimônio histórico é um conjunto de bens que tem como origem ser herança, junto deles são adquiridos a obrigação de preservar e conservar. Podem ser definidos entre diversos tipos de objetos e monumentos, mas sempre estão ligados a alguma referência histórica e cultural. Com o desenvolvimento do mundo e a facilidade de locomoção a questão do patrimônio histórico se formalizou como uma mentalidade, onde se pode reconhecer culturalmente outra população ou povo através de seus monumentos e modos característicos. O patrimônio cultural tem duas subdivisões determinadas patrimônio material referenciando aos bens palpáveis, físicos, sólidos e o patrimônio imaterial determinado pelos modos de fazer objetos, dinâmicas socioculturais, costumes e contos do povo. O fator abrangente principal do patrimônio histórico são os meios de preservação e restauração que devem ser

bem eficazes, pois sem eles um povo não reconhece sua história e nem identidade.

PALAVRA-CHAVE: Patrimônio Histórico, Patrimônio Cultural, Desenvolvimento.

ABSTRACT: The historical patrimony is a set of goods that has as its origin an inheritance, next to them are acquired the obligation to preserve and conserve. They can be defined between different types of objects and monuments, but they are always linked to some historical and cultural reference. With the development of the world and the ease of locomotion the question of historical patrimony became formalized as a mentality, where one can recognize culturally another population or people through its monuments and characteristic ways. The cultural heritage has two subdivisions certain material patrimony referring to palpable, physical, solid assets and the immaterial patrimony determined by the ways of making objects, sociocultural dynamics, customs and tales of the people. The main comprehensive factor of historical heritage is the means of preservation and restoration that must be very effective, because without them a people does not recognize its history and identity.

KEYWORDS: Historical Patrimony, Cultural Heritage, Development.

1 | INTRODUÇÃO

No decorrer dos séculos fomos adquirindo alguns bens através de heranças familiares, que poderiam ser objetos, louças, artigos de decoração, enxovais, terras, casas todos advindo de povos antepassados. Esses bens apresentam valores culturais muito fundamentais para entendermos como se levava a vida, quais eram os costumes e formas de cada época, isso faz com que possamos entender nossos antepassados criando uma identidade cultural. A importância dessa descoberta fez com que esses bens fossem determinados como patrimônio histórico, e junto disso além do direito aos bens se tem a obrigação de preservá-los. Para estudiosos o patrimônio histórico é uma forma de mentalidade com base cultural e unificadora tanto política quanto social.

O patrimônio cultural tem como base o fator histórico e remete aos valores de um povo, são grandes influenciadores sociais e políticos. São subdivididos em duas categorias as de bens materiais e imateriais. Os bens materiais são aqueles físicos, sólidos, que podem ser vistos e tocados, eles podem ter uma ligação mais íntima com o ser humano por serem acessíveis. E podem ser determinados como monumentos, objetos não necessitando serem funcionais ou utilitários, apenas decorativos. Já os bens imateriais estão presentes a todos os momentos e em todo lugar, pois é o modo de fazer coisas e objetos, contos, superstições tudo aquilo que aprendemos com nossos ancestrais. O imaterial requer um pouco mais de atenção pois o mundo e o ser humano estão em constante desenvolvimento, e vão surgindo as adaptações.

Com a percepção da importância dos bens culturais veio a necessidade de resguardá-los, fazendo registro dos mesmos. Assim surgiu os livros de tombo e as cartas patrimoniais. No livro de tombo é registrado todos os bens sejam materiais ou imateriais, também são atualizados periodicamente. Já as cartas patrimoniais servem de base e consulta para que haja a preservação e restauração dos mesmos, trazendo detalhadamente cada processo. Para classificar um monumento basta querer e saber, já para restaurá-los e preservá-los fisicamente é necessário conhecimento específico de arquitetura histórica, engenharia e materiais usados no século em que foram feitos.

O ser humano ainda está aprendendo a lidar com as questões de patrimônio histórico e percebendo a importância de preservá-los e restaurá-los, e dessa forma conservando sua identidade e memória.

2 | PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A etimologia da palavra patrimônio é derivada do latim e significa *patrimonium*, que tem como significado herança familiar, bens de pai e de mãe, conjunto de bens, posses, direitos e obrigações sobre preservar. No decorrer dos séculos foi ganhando diversos significados, inicialmente foi relacionado apenas como bens materiais que derivavam de heranças principalmente familiares sendo estas, terras, casas, objetos como louças e móveis. Dessa forma foi-se construindo uma base cultural unificadora

de extrema importância política e social. Com o tempo outros significados foram atribuídos de forma a integrar a compreensão e as novas demandas como patrimônio histórico-arquitetônico e patrimônio cultural.

Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada de dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes-aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos (Choay, 2006, p.11).

Após a segunda guerra mundial houve uma homogeneização do conceito de patrimônio em relação aos novos valores, introduzindo então a arquitetura edificada dos séculos XIX e XX na categoria de monumentos históricos.

Com a sociedade em constante desenvolvimento e o mundo em ubiquidade devido às mídias e a facilidade de locomoção, o termo “patrimônio histórico” além de remeter a instituição é uma forma de mentalidade para a tribo mediática. Os monumentos históricos estão aumentando a cada dia devido as subdivisões do termo criadas e a anexação de novos tipos de bens.

2.1 Monumento

O monumento é um objeto estrutural artístico edificado, construído por algum fim simbólico ou comemorativo na finalidade de homenagear algo ou alguma coisa. Geralmente se encontram em uma cidade ou local específico, suas características visuais são antigas e bem notáveis devido ao seu tamanho, que variam com sua importância e significado histórico.

A primeira comissão de monumentos históricos foi criada na França em 1937, nela haviam categorias que eram constituídas por vestígios de antiguidades, edifícios religiosos (igrejas, conventos, mosteiros) e castelos. No decorrer dos séculos a quantidade de bens enquadradas como monumentos históricos foram aumentando, no entanto, sua natureza permanecia derivando essencialmente da arqueologia e da história erudita da arquitetura. A prática de conservação e a noção de monumento histórico também se expandiram para fora da Europa, onde tinham nascido e permanecido exclusivamente durante muito tempo.

De acordo com Choay (2006), o tecido urbano e os conjuntos edificados compreendiam uma forma mais completa de domínio patrimonial do século XX, pois relacionavam quarteirões, bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e o conjunto delas. Alguns países não reconheciam os monumentos enquanto testemunho do seu passado, os Estados Unidos foram um dos pioneiros a proteger seu patrimônio natural, mas desconsideravam a conservação do patrimônio edificado, cuja preocupação só veio após e só foi inicializada pelo envolvimento de habitações individuais de personalidades nacionais.

A ativação da legislação francesa sobre monumentos históricos durante muito

tempo serviu como referência, primeiramente pela Europa e em seguida alastrou-se pelo resto do mundo. Sua característica era a clareza e a racionalidade que tais instruções traziam sobre os procedimentos de proteção. Os estudos iniciaram através da comissão de instrução pública em meio a revolução, mais se concluiu em 1887 efetivando a primeira lei sobre os monumentos históricos.

Conforme Choay (2006), por decreto de Guizot em 1830 foi criado um cargo de inspetor de monumentos históricos, o primeiro a ocupar o cargo foi Ludovic Vitet que após veio a abrir mão, em favor de Mérimée por uma carreira de deputado onde poderia trabalhar mais favoravelmente em função dos monumentos. Em 1887 houve uma longa fase de reflexão e experimentação sobre proteção, onde vários homens trabalharam longamente com muita fé e dedicação.

O inspector tem por missão, a partir de então, determinar, ou dito de outra forma, <<classificar>> os edifícios que têm direito ao estatuto de monumento histórico. É, em breve, assistido nesta tarefa e na repartição dos créditos do estado, destinados à manutenção e ao restauro dos edifícios classificados, pela Comissão dos Monumentos Históricos, criada por circular em 10 de agosto de 1837 (Choay, 2006, p.125).

Para classificar um monumento basta querer e saber, já para restaurá-los e preservá-los fisicamente é necessário conhecimento específico de arquitetura histórica, engenharia e materiais usados no século em que foram feitos.

3 | PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural remete a questões históricas, onde os valores de um povo influenciam no quesito social e político. Assim há uma ligação direta no desenvolvimento social e na constituição da identidade coletiva trabalhando diretamente nas práticas de proteção. Ele envolve todo conhecimento de um povo em relação as artes, crenças, moral, costumes e leis. Também está presente no modo de agir coletivo, sentimentos de pertença e lembranças coletivas, as quais carregam fatos e histórias vividas ou imaginadas pelos seus antepassados. É fator principal na constituição da identidade e memória de um povo.

Segundo Reis e Figueiredo (2015), uma série de mudanças a respeito de debates sobre patrimônio histórico e cultural formou um movimento que ampliou o significado de patrimônio incorporando noções de história e conceitos de cultura, trazendo outros aspectos importantes que analisados interferiam na educação e inclusão de grupos sociais diversos.

[...] observa-se a ampliação do conceito de cultura, que não se limita mais a cultura formal, erudita e ou clássica, mas mescla-se com a cultura popular e com as manifestações populares. Estas ampliações e modificações conceituais relacionam-se com a própria dinâmica da vida em sociedade com a necessidade de construção de novos conceitos ou de modificação conceitual para atender novas demandas, exigências do mundo contemporâneo. (Reis; Figueiredo, 2015,

O patrimônio cultural tem duas subdivisões que delimitam melhor suas características, são elas o patrimônio material e imaterial.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (C.F. de 1988, in: IPHAN, 2006, p. 20)

3.1 Patrimônio Material

Uma das subdivisões de patrimônio cultural é o patrimônio material que é determinado por objetos edificados, sólidos, palpáveis e em maior parte não funcionais. O fato do ser humano ser sinestésico cria uma relação íntima ainda maior com o bem material pois são carregados de histórias e simbolismos e por isso adquirem um valor alto de afetividade nos povos atuais.

O monumento trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a “preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar” (Choay, 1996, p.4-15).

O bem material se trata de um conjunto de bens culturais e podemos encontrá-los registrados em quatro livros de tomo.

O primeiro foi o livro do tomo Arqueológico, Etnográfico e paisagístico, que relaciona objetos e vestígios da investigação humana da pré-história e histórica. O segundo é o livro de tomo histórico, onde se registram os bens culturais suas funções e seu valor histórico. O terceiro é o livro do tomo das belas artes, onde são registrados os bens culturais de valor artístico que tem como exemplo as artes decorativas. E por último temos o livro do tomo das artes aplicadas, que por sua vez tem os bens culturais registrados em função de seu valor artístico associado as suas funções utilitárias que é voltado principalmente para a criação de objetos, peças e construções utilitárias.

Os bens materiais no decorrer dos séculos contam nossa história cultural agregando uma elegância na paisagem urbana e rural. Essa história é contada através de imóveis arquitetônicos, esculturas, objetos de arte e utilitários.

Segundo Santos (2002), há uma inclusão de outra relação com o território “quando se fala de paisagem, há também, referência a configuração de território”. A paisagem é formada por um conjunto de objetos reais extratemporais, conectando objetos do passado e presente numa construção de futuro.

3.2 Patrimônio Imaterial

Patrimônio imaterial ou patrimônio intangível é o termo usado para designar referências simbólicas, processos de construção, dinâmicas socioculturais, transmissão de práticas culturais, tradições e costumes de um povo. Podem ser definidas como patrimônio imaterial cultos religiosos, métodos de produção de objetos, comidas, bebidas, músicas, danças, produções cênicas, manifestações e celebrações. Tradicionalmente esses métodos são transmitidos culturalmente de uma geração para outra, mas devido as adaptações, desenvolvimento e evolução de mundo e do ser humano foi necessário criar formas para resguardar afimco todos esses processos.

[...]O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2014, p.01).

Normalmente a transmissão de conhecimento dos bens imateriais são feitos boca-a-boca, podendo ser passado de pai para filho ou qualquer outro conhecido sucessivamente, no entanto com o entendimento de cada um pode variar com o período e época em que está adquirindo aquele “saber” fazendo com que a forma original sofra adaptações. Nesse sentido é de extrema importância que haja resguardo do registro de cada parte para que historicamente fique documentado os métodos de desenvolvimento e transformação desses bens culturais.

O registro corresponde a identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público (SANT’ANNA, 2003, p.52).

Segundo Sant’anna (2003), os bens culturais imateriais carregam o conhecimento de fortes formas de expressões, exigindo então que os registros sejam feitos por pessoas capacitadas e de formas bem detalhadas, onde se permite identificar de modo bastante preciso todas as maneiras mais adequadas de apoio a continuidade de sua prática. Todo o registro da memória sobre os bens culturais tem o objetivo de manter preservado toda sua trajetória no tempo, fazendo que os povos seguintes adquiram e usufruam desse conhecimento.

O IPHAN- Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional é o órgão responsável pelos registros de patrimônio imaterial, dessa forma houve a necessidade de desenvolver uma metodologia de referências culturais e inventário para classificar e subsidiar melhor as manifestações no país.

4 | PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO.

As cartas patrimoniais são documentos que foram criados para auxiliar na preservação, restauração e manutenção patrimônio histórico/artístico e cultural. Nelas foram estabelecidas diretrizes para que as ações comportem interferências sem perder sua originalidade.

Elaboradas por estudiosos e especialistas das áreas artísticas, arquitetura/engenharia e história, somam mais de 40 cartas que se complementam e são atualizadas periodicamente. Algumas trazem categorias de base com descrições mais detalhadas de todos os processos enquanto outras são simplificadas, mas todas agem no sentido de preservação do patrimônio.

As cartas de Atenas de 1931/1933, desenvolvidas na assembleia da CIAM- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna exprimem ideias importantes quanto a preservação do patrimônio e ao novo urbanismo. A primeira relata a preocupação da legislação com as técnicas de preservação dos bens históricos e a necessidade de melhor organização nas consultas e aplicação das normas de preservação e restauração dos patrimônios garantindo o direito coletivo.

No II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos o ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório, elaborou em 1964 a Carta de Veneza que é voltada para a carência de um plano internacional onde as questões de preservação e restauração devem ser de categoria interdisciplinar por ação cultural e coletiva. Visa também a preservação da obra propriamente dita como do testemunho histórico, propõe a conservação e exige manutenção constante sem alterações no monumento. A restauração só pode ser feita em caráter excepcional com o objetivo de conservação e com os devidos materiais de origem que seguem no registro do bem.

Em 1972 tivemos a elaboração de dois documentos muito importantes que ampliaram as novas normas de preservação e restauração. A primeira foi a Carta do Restauo pelo Ministério de Instrução Pública da Itália, a qual englobou doze artigos que traziam diretrizes para intervenções de restauo e responsabilidades técnicas em todos os tipos de obras de arte, esculturas, pinturas, gravuras, monumentos arquitetônicos, edifícios, jardins e qualquer coisa que apresentasse uma importância relevante cultural. Em seguida na Convenção a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural- Aprovada pela conferência da UNESCO em sua décima sétima reunião em Paris surgiu a Recomendação de Paris, propondo um programa de proteção dos bens nacionais e internacionais que são de responsabilidade universal, sendo incomparáveis e insubstituíveis independente ao povo que pertençam os resguardando para as gerações futuras.

Criada pelo ICOMOS a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas- Carta de Washington em 1986, relata a importância das grandes e pequenas cidades, centro, bairros e ambientes naturais ou edificados que expressam

valores próprios com relações culturais. Adotando medidas significativas de proteção, conservação e restauro, para adaptações a vida contemporânea conservando a autenticidade da cidade histórica.

A Conferência de Nara, 1994 – Conferência sobre a autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial, realizada no Japão por especialistas e estudiosos da área de patrimônio cultural desenvolveu a ampliação dos conceitos da Carta de Veneza, alargando os conceitos do que era patrimônio Cultural, visando estudos científicos, restauração e planos de conservação pré-determinados anteriormente.

A carta de Brasília de 1995 é um documento regional do Cone Sul sobre autenticidade, que novamente entra em questão diante à toda situação regional para a configuração de cultura sincretista resistente a autenticidade e identidade. Compreende a identidade como forma de pertencer e participar.

Todas as cartas são registradas documentalmente e atualizadas periodicamente, servindo de consulta para todas as formas de preservação e restauração.

5 | CONCLUSÃO

Este trabalho embasado nas bibliografias analisadas traz a definição e processos do patrimônio histórico e cultural. Evidenciando a importância de um aprofundamento no que diz respeito aos bens materiais e imateriais, já que servem como fator identitário de um povo.

Um elemento de grande importância é a questão do registro desses bens, tanto materiais como imateriais resguardando toda forma física e processos que os rodeiam já que podem se perder ao longo do desenvolvimento do mundo.

Seus métodos de preservação e restauração devem ser executados com bastante afinco, tendo como base as normas estabelecidas pelas cartas patrimoniais em conselhos e congressos sobre patrimônio histórico e cultural. Dessa forma conseguiremos preservar todo tipo de patrimônio histórico conhecendo e conservando a identidade do povo, passado por gerações.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Tereza Castro. Lisboa: Editora Edições 70, 2006.

IPHAN. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, IPHAN 2007.

IPHAN. **Carta de atenas**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Carta de Brasília**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Carta de Veneza**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Carta de Washington**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Carta do Restauero**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Conferência de Nara**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Recomendação de Paris**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN: Ministério da cultura. **Patrimônio Imaterial**. Brasília, 2014.

REIS, Alcenir dos; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (Org.). **Patrimônio imaterial**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SANT'ANNA, M. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

VIANNA, Letícia C. R. **Patrimônio Imaterial**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85>>. Acesso 01/04/2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-311-8

